

Ata 29

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezasseis nesta Vila de Benavente e na sala do Centro de Dia, reuniu, em regime ordinário e em segunda convocatória, a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Benavente, que foi convocada por solicitação da Excelentíssima Mesa Administrativa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto Um - Informações e esclarecimentos sobre a actividade da Instituição -----

Ponto Dois: Apreçar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas relativos ao Exercício de 2015 e o Parecer do Conselho Fiscal; -----

Ponto Três - Outros assuntos de interesse da Instituição. -----

Aberta a sessão eram vinte horas e trinta minutos, foi a Mesa constituída pelo Presidente António José Ganhão, Vice-Presidente Dra. Sandra Cristina Espadanal de Melo e o Secretário Paula Cristina da Silva Craveiro Frieza, na presença de vinte e oito irmãos e doze devidamente mandatados, no total de quarenta irmãos de acordo com o Compromisso da Santa Casa da Misericórdia,-----

O Senhor Presidente cumprimentou a Mesa Administrativa o Conselho Fiscal e todos os irmãos agradecendo a sua presença. Leu a ordem de trabalhos e perguntou à Assembleia se concordavam com a mesma, havendo unanimidade na concordância. De seguida questionou quem prescindia ou não da leitura da ata da Assembleia anterior. Por unanimidade foi prescindida a sua leitura. -----

Dando início ao ponto um da ordem de trabalhos o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Provedor que informou a Assembleia dos seguintes assuntos: -----

COMPROMISSO

Homologado pelo Senhor Arcebispo e entregue na DGSSOCIAL para registo,-----

RECONVERSÃO DA VALENCIA DE CATEI EM ERPI -----

A partir de 1 de dezembro de 2015, o CATEI foi convertido em ERPI (Estrutura Residencial para Idosos), denominação atribuída, agora aos Lares.-----
Por imposição da Segurança Social, para cumprimento da Lei, os quartos quádruplos acabaram, bem como alguns triplos passaram a duplos. Foram realizadas as obras para a solução da imposição e com a construção de dois novos quartos duplos o Equipamento passou a ter capacidade para 67 (sessenta e sete) utentes, embora apenas exista protocolo com a Segurança Social para 63 (sessenta e três).-----

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A ARSLVT-----

O Acordo de Cooperação com a ARSLVT no corrente ano, apenas atribuiu a produção para o primeiro semestre, uma vez que o Acordo de Cooperação termina em 30 de junho, continuando-se a aguardar pela adequação do Acordo no âmbito do D Lei 138/2013.-----

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA FISIOTERAPIA-----

Dado que a carga horária da Fisioterapia era inferior à prevista na lei do trabalho, foi possível obter o acordo das trabalhadoras e aumentar 30 minutos a cada um dos turnos, passando a

Empresa: SANTA CASA DA MESERICÓRDIA DE BENAVENTE
Morada: Av. D. Francisca Montanha- Apartado 54

C P.: 2130-999 Benavente

N.I.P.C.: 501 116 397

funcionar das 07H30 às 20H30, com a consequente rentabilização do Serviço e de uma maior capacidade de resposta.-----

PROCESSOS EM TRIBUNAL-----

Processo contra a Empresa Bruno Oliveira, materiais de construção unipessoal, Lda.; por emissão de cheque sem cobertura.-----

Processo contra a Santa Casa Misericórdia: acionado pelos irmãos Eng.º Romeu Henriques e Dr.ª Maria Irene Carapinha, na sequência do ato eleitoral;-----

Queixa-crime contra o Provedor da SCM apresentada pela irmã Dr.ª Maria Irene Carapinha;-----

Queixa-crime contra a Presidente da Mesa da Assembleia Geral apresentada pelo irmão Eng.º Romeu Henriques.-----

PROJETOS-----

Elaborado o Plano de Gestão Florestal pela Empresa ECO AGRO e submetido o Projeto de Adensamento de Pinheiro Manso nas propriedades da Machuqueira, Carvoeira e Camarinhais.---

Projeto de Reconversão do Lar de Idosos;-----

Vamos aproveitar o financiamento no âmbito do Portugal 2020 para submeter a candidatura de Reconversão do Lar de Idosos, agora denominado ERPI.-----

ACESSO AO BLOCO OPERATÓRIO-----

Alargamento do apoio ao Bloco Operatório para permitir que o acesso dos utentes se passe a fazer pela entrada principal do edifício e sejam apoiados pela receção principal.-----

Após a intervenção do Senhor Provedor o Senhor Presidente da Mesa questionou se algum irmão pretendia intervir no ponto um. Inscreveram-se a Irmã Laura Henriques e o Irmão Romeu Henriques.-----

A Irmã Laura Henriques usou da palavra para dizer o seguinte:-----

Que o esclarecimento prestado pelo Provedor sobre o processo em tribunal não era correto, por incompleto. Que embora não fosse Autora na ação, tinha, tal como algumas pessoas presentes, sido testemunha e que pretendia prestar alguns esclarecimentos, na qualidade de Irmã e também como advogada, pois se algumas pessoas presentes na Assembleia estavam esclarecidas, outras não estariam. Disse que o Provedor não referiu que os Autores, Romeu Henriques e Maria Irene Carapinha tinham ganho a ação em tribunal e esclareceu que estes irmãos não pediram qualquer indemnização à Santa Casa.-----

Explicou ainda, que a Santa Casa da Misericórdia de Benavente estaria isenta do pagamento das taxas de justiça se a ação tivesse a ver com o objeto da Instituição ou com o interesse publico, que esta prossegue, mas que não é no caso da ação, que decorreu em tribunal, aquela não tinha a ver com a prestação de serviços a idosos, que é o fim que a Instituição prossegue. Tem a ver com atos praticados pela então Presidente da Mesa da Assembleia e pelo então Provedor, insistindo que a ação teve a ver com factos e irregularidades praticadas por estes elementos. Que em Despacho proferido no processo, isso também foi dito, razão pela qual as taxas de justiça foram pagas pela Instituição.-----

Referiu a razão pela qual a ação foi instaurada contra a Instituição, e não contra aqueles, dizendo ser uma questão formal. Porque as pessoas que praticaram os factos praticaram-nos enquanto membros da Instituição. Não tendo os irmãos nada contra esta. Mas a lei assim os obrigou.-----

Disse ainda que as custas de partes foram pagas com o dinheiro da Santa Casa da Misericórdia de Benavente, o que não devia ter acontecido, porque a ação só existiu por causa do comportamento daqueles elementos e que "seria bonito" que fizessem o pagamento das mesmas e que aquelas não fossem suportadas com o dinheiro da Instituição, o que aconteceu.-----

O irmão Romeu Henriques questionou se o Provedor e a Presidente da Mesa da Assembleia anterior tencionavam devolver à SCMB as custas judiciais incorridas no processo que terminou com o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 4 de dezembro de 2015.-----

Referiu-se à divisão dos 3 quartos quádruplos em 6 quartos duplos, criticando a decisão da Mesa Administrativa que sacrificou o bem-estar e conforto de 12 utentes por critérios económico/financeiros. A retirada de uma cama de cada quarto teria sido preferível se o conforto dos utentes tivesse sido tido em conta. Questionou a segurança dos novos quartos em caso de incendio devido a dimensão das camas, a estreiteza das portas e a distância entre as camas e a nova parede divisória dos quartos. Mencionou que assistiu à dificuldade que as auxiliares do lar e os bombeiros tiveram para evacuar uma utente quando o INEM foi chamado. E terminou pedindo que em poucas palavras lhe fosse explicado como e feito um simulacro de incendio no Lar da SCMB.-----

Na sequência da intervenção da irmã Laura Henriques, solicitou o uso da palavra o irmão Arménio Mourão, para esclarecer a Assembleia que quando uma ação é interposta em tribunal contra a Instituição é a Instituição que é a ré da ação e não o Provedor ou o Presidente da Mesa da Assembleia e que nos termos do regulamento das custas judiciais é à ré que incumbe o pagamento das custas, como deveria ser do conhecimento da Irmã, como advogada.-----

Por fim usou da usou da palavra o Senhor Provedor para esclarecer a irmã Laura Henrique que relativamente à ação o Irmão Arménio Mourão já tinha esclarecido e que não iria acrescentar mais nada.-----

Informou o Irmão Romeu Henriques que o número de camas que existia no Lar da Santa Casa era insuficiente e que é missão da mesma ajudar o máximo de pessoas possível. A obra realizada teve por objetivo instalar mais uma cama para servir mais um utente. Quanto ao plano de segurança terá todo o gosto em lho mostrar. Relativamente ao simulacro de incêndio já foi feito anteriormente e estão previstos mais simulacros.-----

Após os esclarecimentos prestados o Senhor Presidente Mesa da Assembleia usou da palavra perguntando, se nos termos do nº5 do art.º 19 do Compromisso a Assembleia outorga à respetiva Mesa um voto de confiança para a elaboração e aprovação da Ata, o que foi aprovado com trinta e sete votos a favor, dois contra e uma abstenção.-----

Entrando no ponto dois da ordem de trabalhos o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Provedor, que apresentou em diapositivos o Relatório de Atividades e as Contas relativos ao Exercício de 2015 e o Parecer do Conselho Fiscal, documentos que se encontram anexos a esta ata e que dela fazem parte integrante.-----

Em resumo, o Resultado Operacional foi negativo no montante de 28.827,24€ (vinte e oito mil oitocentos e vinte e sete euros e vinte e quatro centimos) e o Resultado Líquido do exercício foi negativo no montante de 16.245,40€ (dezasseis mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta centimos).-----

Empresa: SANTA CASA DA MESERICÓRDIA DE BENAVENTE
Morada: Av. D. Francisca Montanha- Apartado 54

C P.: 2130-999 Benavente

Não tendo havido inscrições para solicitar esclarecimentos ou reparos o Senhor Presidente solicitou ao Conselho Fiscal que lesse o seu parecer. Este foi favorável, propondo à Assembleia a aprovação do Relatório de Atividades e Contas relativos ao Exercício de 2015.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação o Relatório e Conta de Gerência relativos ao Exercício de 2015 que foram, aprovados com trinta e sete votos a favor e três abstenções.

Entrando no ponto três o Senhor Presidente questionou se algum irmão pretendia intervir neste ponto.

Inscreveu-se o irmão Romeu Henriques que solicitou os seguintes esclarecimentos: Sendo do seu agrado que, finalmente, a SCMB tenha uma página na Internet, criticou o seu aspeto e o seu conteúdo. Quanto ao aspeto, enquanto outras Misericórdias têm na página inicial fotografias das fachadas dos seus edifícios ou igrejas, a SCMB apresenta uns senhores e umas senhoras de batas azuis ou brancas, com estetoscópios ao pescoço mais parecendo uma página dos seguros de saúde como a Advance Care ou a Medis, o que não fica bem. Quanto ao conteúdo e objeto de censura, uma vez que relata o resultado da Relação de Évora, favorável à Mesa Administrativa, mas ignora a sentença do Tribunal de 1ª Instância de Benavente e o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, desfavorável à Mesa Administrativa. Pediu atualização sobre a construção do Lar da Maxoqueira. Estranhou que a situação do CRX, mencionada na ata da última Assembleia, não tenha sido comentada no assunto "tribunais". E explicou que se a situação se mantém e é possível que a legitimidade da presente Mesa Administrativa também possa ser questionada pelo CRX, ou outros, em tribunal, uma vez que esta Mesa Administrativa vem de eleições realizadas em 18 de dezembro, organizadas e supervisionadas pela anterior Direção cuja ilegitimidade tinha sido confirmada pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça datado de 4 de dezembro de 2015 e recebido pelos mandatários no dia 7 do mesmo mês.

Mencionou ainda, que, outra consequência do Acórdão é que a autoridade dos Bispos para resolver litígios nas Misericórdias ficou reduzida ao direito canónico apenas, sendo o residual da competência dos tribunais civis.

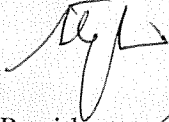
O irmão Francisco Paim solicitou a palavra questionando o Senhor Presidente da Mesa se é possível propor a exclusão de um irmão da instituição. O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que tal não é possível.

Na sequência da intervenção do irmão Romeu Henriques o Senhor Provedor usou da palavra informando que quanto ao Lar da Maxoqueira, mesmo que houvesse financiamento para o investimento, o mesmo não seria possível sem a prévia obtenção de protocolo com a Segurança Social. Avançar com a construção do lar particular não é do interesse da Santa Casa da Misericórdia nem da população do concelho, aguardaremos oportunidade. Mais referiu que de momento apenas estão a ser financiadas e protocoladas Unidades para demência, podendo vir pessoas de todo o país. Corre-se o risco de não serem utentes do concelho o que contraria o objetivo da nossa Santa Casa da Misericórdia. Quanto ao Site respeitamos a sua opinião, mas este foi feito com a "prata da casa". Aceitamos todas as sugestões para melhorar o site; quanto ao CRX a denúncia do contrato pela Santa Casa não foi aceite por esta entidade, com o argumento de que a Mesa Administrativa não tinha legitimidade para proceder à denúncia, em consequência da ação interposta em tribunal pelos irmãos Romeu Henriques e a Irmã Maria Irene Carapinha. Neste momento os proveitos obtidos pela Santa Casa com o CRX não têm correspondência com a pretendida melhoria de qualidade dos serviços prestados à nossa população; mais acrescentou referindo-se à intervenção do irmão Romeu Henriques não ser sua intenção falar novamente dos processos em tribunal, afirmando-se cansado desta matéria, terminando dizendo que fomos

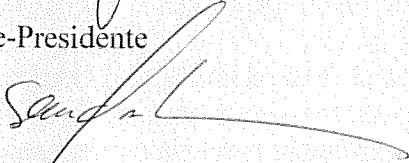
eleitos pelos irmãos em processo eleitoral transparente válido e legal, promulgado pelo Senhor Arcebispo enquanto entidade tutelar da Santa Casa da Misericórdia. -----

Não havendo mais inscrições no ponto três e nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. Da mesma para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Vice-Presidente



O Secretário

